



Handwritten signature and initials.

DATA DA REUNIÃO: DEZ DE JULHO DE DOIS MIL E NOVE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENGº ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA– PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

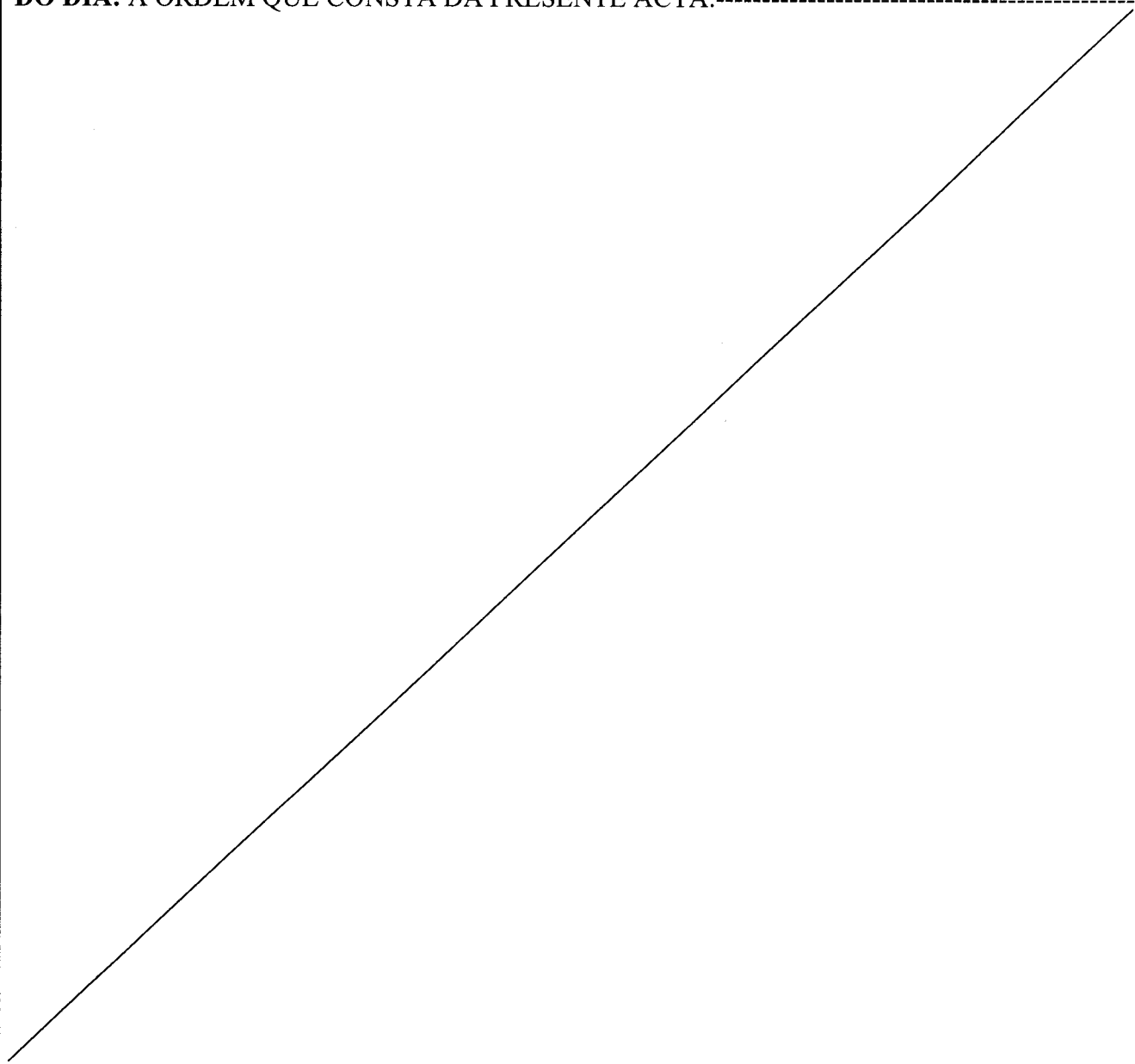
HORA DE INICIO DA REUNIÃO: ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

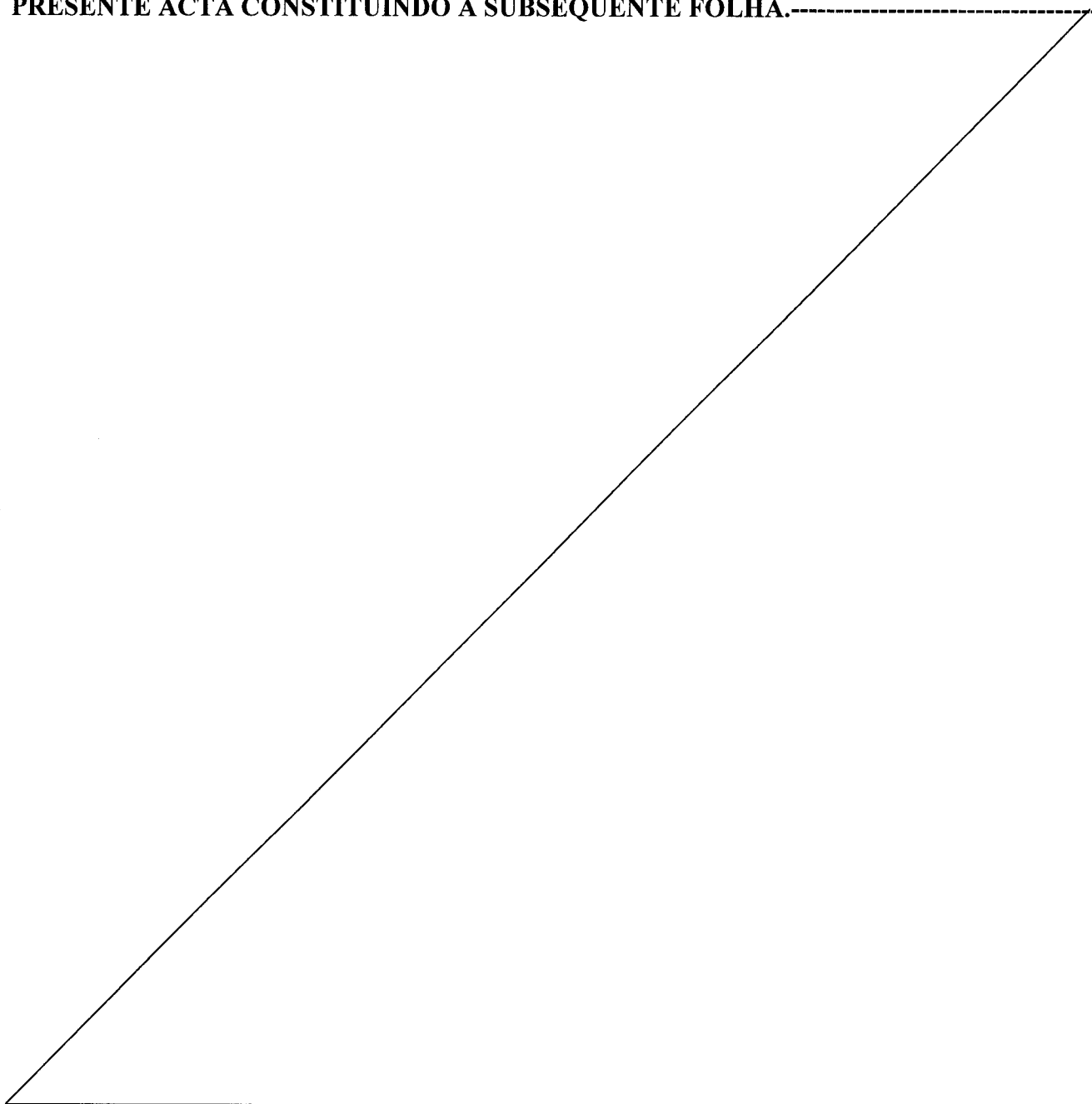
ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----





Handwritten signature and date 10/7/09.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

04

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 10/JULHO/2009 – ACTA N° 14

ORDEM DO DIA

- 1 – Concurso Público para a constituição de uma Sociedade Comercial Anónima de Direito Privado, de capitais minoritariamente públicos, para a construção de equipamentos urbanos e infra-estruturas de relevante interesse municipal: Proposta de adjudicação
- 2 – Proposta de alienação de terreno à sociedade PT Comunicações, S.A, destinado à construção de edifício para instalação de serviço de Call Center: Pedido de autorização à Assembleia Municipal
- 3 – Regime Jurídico de Exercício da Actividade Industrial (DL 209/2008, de 29/10): Designação do Gestor do Procedimento do registo relativo ao Regime especial previsto no artigo 41º do referido diploma legal

Santo Tirso, 07 de Julho de 2009

O Presidente,



1. CONCURSO PÚBLICO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA DE DIREITO PRIVADO, DE CAPITALS MINORITARIAMENTE PÚBLICOS, PARA A CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS E INFRA-ESTRUTURAS DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL: PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO.-----

Presente o processo de concurso público internacional, aberto na sequência das deliberações da câmara municipal de vinte e cinco de Junho de dois mil e oito e da assembleia municipal de trinta do mesmo mês de Junho.-----

Presente também a candidatura apresentada pelo consórcio das sociedades Arlindo Correia & Filhos S.A./Europa Ar-Lindo Construções S.A./Avelino Farinha e Agrela S.A./Europa Ar-Lindo Parques SA, que é constituída por IV volumes, num total de mil e três folhas.-----

Do processo consta o Relatório Final da Comissão de Análise das Candidaturas, nos termos previstos no ponto 12.3.3 do Programa de Procedimento, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal, com fundamento no aludido Relatório e no Projecto de Relatório datado de dezoito de Junho findo, para o qual aquele relatório remete e que, por brevidade, aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, deliberasse apresentar à assembleia municipal as seguintes propostas:-----

A) A adjudicação do objecto do referido concurso público ao candidato cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, concorrente nº 2, formado pelo **consórcio das sociedades Arlindo Correia & Filhos, S.A./Europa Ar-Lindo Construções, S.A./Avelino Farinha e Agrela, S.A.; Europa Ar-Lindo Parques, S.A.**, adjudicação essa a efectuar nos termos do constante das Peças do Procedimento, em especial os Termos de Referência e o Projecto e Programas Preliminares dos equipamentos constantes do processo de concurso, e da candidatura apresentada pelo concorrente ao



Handwritten signature and mark.

concurso em causa, ficando expressamente a constar da deliberação que:-----

1. O capital social da sociedade a constituir, a realizar integralmente em dinheiro até à data da celebração da escritura de constituição da sociedade, ou no prazo máximo de oito dias a contar da data daquela escritura, é de 150.000 € (cento e cinquenta mil euros), pertencendo 49% , no montante de 73.500,00 € (setenta e três mil e quinhentos euros) ao município de Santo Tirso e os restantes 51% aos accionistas privados, nos termos previstos do artigo 4º do projecto de estatutos da sociedade a constituir;-----

2. Os valores para a aquisição dos direitos de superfície são os seguintes:-----

Cine-Teatro – 427.061,25 € (quatrocentos e vinte e sete mil e sessenta e um euros e vinte e cinco cêntimos);-----

- Mercado Municipal – 107.443,97 € (cento e sete mil quatrocentos e quarenta e três euros e noventa e sete cêntimos);-----

- Estaleiros Municipais – 252.274,05 € (duzentos e cinquenta e dois mil duzentos e setenta e quatro euros e cinco cêntimos);-----

- Piscina Municipal – 216.663,30 € (duzentos e dezasseis mil seiscentos e sessenta e três euros e trinta cêntimos).-----

Estes valores serão pagos no dia da celebração da escritura, ou documento particular com idêntica força legal, de constituição dos direitos de superfície.-----

3. No mesmo dia da celebração do contrato de constituição do direito de superfície sobre o edifício vulgarmente denominado “Cine-Teatro” a sociedade anónima que irá ser constituída procederá ao pagamento ao município da aquisição do projecto de execução da Requalificação do Cine-Teatro, pelo valor de 505.080,00 € (quinhentos e cinco mil e oitenta euros), previsto no ponto 7.8 dos Termos de Referência, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor à data da facturação.-----

4. A minuta do contrato de sociedade a constituir e o Acordo de Accionistas a celebrar são os que ficam a constar dos Anexos I e II à presente acta e que dela ficam a fazer parte integrante



para todos os efeitos legais, sendo o primeiro Anexo constituído por dez folhas e o segundo por vinte e oito folhas.-----

5. Os contratos-promessa de arrendamento a celebrar com a sociedade a constituir respeitarão as minutas que igualmente se anexam à presente acta e que dela ficam igualmente a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo os Anexos III, IV, V e VI, sendo a renda mensal a pagar no primeiro mês de vigência do contrato, conforme plano de rendas junto àquelas minutas, nos seguintes montantes:-----

- Cine-Teatro – 93.926,95 € (noventa três mil novecentos e vinte e seis euros e noventa e cinco cêntimos);-----

- Piscina Municipal – 28.264,78 € (vinte e oito mil duzentos e sessenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos);-----

- Mercado Municipal – 30.936,59 € (trinta mil novecentos e trinta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos);-----

- Estaleiros Municipais – 19.211,00 € (dezanove mil duzentos e onze euros).-----

6. Os prazos para a execução de cada uma das obras são os seguintes:-----

- Cine-Teatro – 10 meses;-----

- Piscina Municipal – 8 meses;-----

- Mercado Municipal - 10 meses;-----

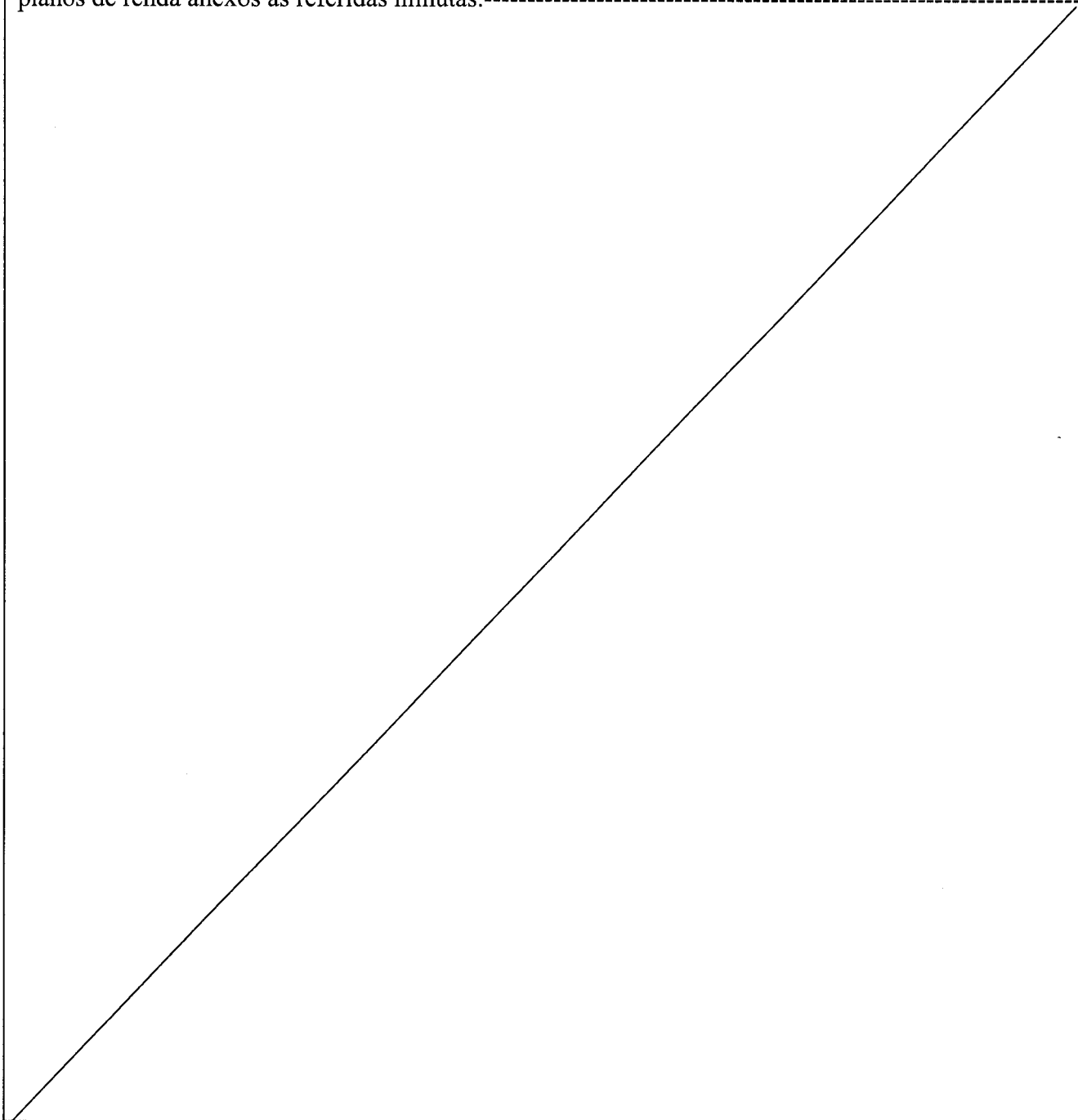
- Estaleiros Municipais - 7 meses;-----

A primeira obra a ser iniciada, conforme previsto no processo de concurso, será a da Requalificação do Cine-Teatro, que terá início no mês subsequente ao da celebração do respectivo contrato de constituição do direito de superfície.-----

B) Que a câmara delibere solicitar à assembleia municipal autorização expressa para a assunção das despesas emergentes do referido concurso, que têm encargos orçamentais em mais de um ano económico, resultantes da celebração dos contratos de arrendamento cujas minutas dos



respectivos contratos-promessa estão anexas à presente acta, cuja estimativa é o que consta dos planos de renda anexos às referidas minutas.-----



RS
08/08/07
[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

09
[Signature]

CONCURSO PÚBLICO PARA A SELECÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS DE DIREITO PRIVADO PARA PARTICIPAR COM O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO NA CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA DE DIREITO PRIVADO, DE CAPITAIS MINORITARIAMENTE PÚBLICOS, A QUAL TERÁ POR OBJECTO A CONCEPÇÃO E OU A CONSTRUÇÃO, FINANCIAMENTO E CONSERVAÇÃO DOS SEGUINTE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL:

- REQUALIFICAÇÃO DO CINE – TEATRO DE SANTO TIRSO.
- REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE SANTO TIRSO.
- CONSTRUÇÃO DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS.
- REMODELAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL.

RELATÓRIO FINAL (nos termos previstos do ponto 12.3.3 do Programa de Procedimento)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

Aos sete dias do mês de Julho do ano dois mil e nove, reuniu a Comissão de Análise das Candidaturas designada pelo executivo camarário em reunião de vinte e cinco de Junho de 2008, (item 3 da respectiva acta), composta pelos seguintes elementos: Maria Adriana Salgado Magalhães, Directora do Departamento Administrativo, como presidente; José António Ferreira Lopes, Director do Departamento de Planeamento e Habitação; Rui Manuel André do Rosário, colaborador da Câmara Municipal na área financeira; António José Marques de Andrade, colaborador da Câmara Municipal na área jurídica e engenheiro Carlos António Nogueira Veloso, Director do Departamento de Obras Municipais, para elaboração do **Relatório Final** previsto no ponto 12.3.3 do Programa do respectivo Procedimento.-----

No âmbito do concurso identificado em epígrafe foram admitidos os seguintes candidatos: -----

Concorrente número um – Formado pelo Consórcio das sociedades FDO – Construções, S.A./ENSULMECI, S.A./Irmãos Cavaco, S.A./Gabriel Couto, S.A.;-----

Concorrente número dois – Formado pelo Consórcio das sociedades Arlindo Correia & Filhos, S.A./Europa Ar-Lindo Construções, S.A./Avelino Farinha e Agrela, S.A.; Europa Ar-Lindo Parques, S.A.;-----

Concorrente número três – Formado pelo Consórcio das sociedades Alberto Martins de Mesquita & Filhos, S.A./Alberto Martins de Mesquita II – Reabilitação de Imóveis, S.A./Ferreira Construções, S.A./Efimóveis, S.A..-----

De acordo com os relatórios de apreciação do mérito das candidaturas, datados de dezanove de Fevereiro e seis de Abril últimos, que, por economia, aqui se dão por inteiramente transcritos para todos os efeitos legais, a Comissão deliberou, por unanimidade, ordenar as candidaturas do seguinte modo:-----

1º Classificado: Concorrente nº 2, formado pelo Consórcio das sociedades Arlindo Correia & Filhos, S.A./Europa Ar-Lindo Construções,



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

S.A./Avelino Farinha e Agrela, S.A.; Europa Ar-Lindo Parques, S.A.; – com a percentagem de 79,3 %.

2º Classificado: Concorrente nº 1, formado pelo Consórcio das Sociedades FDO – Construções, S.A./ENSULMECI, S.A./Irmãos Cavaco, S.A./Gabriel Couto, S.A.; – com a percentagem de 51,6 %.

3º Classificado: Concorrente nº 3, formado pelo Consórcio das sociedades Alberto Martins de Mesquita & Filhos, S.A./Alberto Martins de Mesquita II – Reabilitação de Imóveis, S.A./Ferreira Construções, S.A./Efimóveis, S.A.; – com a percentagem de 50 %.

4º Classificado: Concorrente nº 4, formado pelo Consórcio das sociedades Eusébios, S.A./Adriparte – Serviços, S.A. e CASAIS, S.A.; – com a percentagem de 33,9 %.

Passaram à fase de negociações os concorrentes classificados em 1º e 2º lugares.

No decurso do Processo Negocial, cuja tramitação observou o previsto nos pontos 11.3 e 11.4 do programa de procedimento, foram realizadas três reuniões com cada candidato, nos dias vinte e um e vinte e cinco de Maio e um de Junho com o candidato classificado em primeiro lugar (actas números um, três e cinco do Processo Negocial), e nos dias vinte e dois e vinte e nove de Maio e nove de Junho com o concorrente classificado em segundo lugar (actas números dois, quatro e seis do Processo Negocial), cujas actas foram aprovadas pelos respectivos candidatos, aos quais foi enviada uma cópia de cada acta, cujo teor aqui se dá por inteiramente reproduzido para todos os efeitos legais.

Concluídas as negociações, foi elaborado o projecto de relatório final, nos termos do ponto 12.2.2. do Programa de Procedimento, projecto esse datado de dezoito de Junho findo, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.

Procedeu-se à audiência prévia dos candidatos cujas candidaturas foram



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

12

objecto de negociações, mediante ofícios datados de dezanove do mesmo mês de Junho, expedidos por carta registada com aviso de recepção, recebidas pelos candidatos nos dias vinte e dois do mesmo mês, conforme consta dos avisos de recepção juntos ao procedimento.-----

O prazo para o exercício da audiência prévia terminou no dia seis do corrente mês de Julho, não tendo sido apresentada qualquer reclamação ou observação quanto ao referido Projecto de Relatório, nomeadamente quanto à ordenação final dos candidatos e à proposta de adjudicação constantes do mesmo.-----

Assim, a Comissão de Análise das Candidaturas, com os fundamentos constantes daquele Projecto de Relatório, entende que é de manter a ordenação e classificação dos candidatos do seguinte modo:-----

1º Classificado: Concorrente nº 2, formado pelo Consórcio das sociedades Arlindo Correia & Filhos, S.A./Europa Ar-Lindo Construções, S.A./Avelino Farinha e Agrela, S.A.; Europa Ar-Lindo Parques, S.A.; – com a percentagem de 91,9 %.-----

2º Classificado: Concorrente nº 1, formado pelo Consórcio das Sociedades FDO – Construções, S.A./ENSULMECI, S.A./Irmãos Cavaco, S.A./Gabriel Couto, S.A.; – com a percentagem de 59,1 %.-----

Proposta de Adjudicação

De igual modo a Comissão mantém a proposta de adjudicação constante daquele Projecto de Relatório, ou seja, entende que a adjudicação do objecto do presente concurso público deve ser feita ao candidato cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, concorrente nº 2, formado pelo **Consórcio das sociedades Arlindo Correia & Filhos, S.A./Europa Ar-Lindo Construções, S.A./Avelino Farinha e Agrela, S.A.; Europa Ar-Lindo Parques, S.A.**; – com a percentagem de 91,9 %, adjudicação essa a efectuar nos termos da sua candidatura apresentada ao concurso em causa, que é constituída por IV volumes, num total de 1003 (mil e três folhas), (I volume – 137 folhas; II



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

13

volume – 76 folhas; III volume – 455 folhas; IV volume – 335 folhas), referindo-se expressamente neste relatório os seguintes aspectos:-----

1. Valores propostos pelo candidato para aquisição dos direitos de superfície:-----

- Cine-Teatro – 427.061,25 € (quatrocentos e vinte e sete mil e sessenta e um euros e vinte e cinco centimos);-----

- Mercado Municipal – 107.443,97 € (cento e sete mil quatrocentos e quarenta e três euros e noventa e sete centimos);-----

- Estaleiros Municipais – 252.274,05 € (duzentos e cinquenta e dois mil duzentos e setenta e quatro euros e cinco centimos);-----

- Piscina Municipal – 216.663,30 € (duzentos e dezasseis mil seiscentos e sessenta e três euros e trinta centimos).-----

Estes valores serão pagos no dia da celebração da escritura, ou documento particular com idêntica força legal, de constituição dos direitos de superfície.-----

2. No mesmo dia da celebração do contrato de constituição do direito de superfície sobre o edifício vulgarmente denominado “Cine-Teatro” o concorrente procederá ao pagamento ao município da aquisição do projecto de execução da Requalificação do Cine-Teatro, pelo valor de 505.080,00 € (quinhentos e cinco mil e oitenta euros), previsto no ponto 7.8 dos Termos de Referência, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor à data da facturação, de harmonia com o que ficou a constar do ponto (i) da alínea a) do ponto 2.3 do Projecto de Acordo de Accionistas na versão resultante das negociações.-----

3. A minuta do contrato de sociedade a constituir e o Acordo de Accionistas a celebrar são os que ficam a constar dos Anexos I e II ao presente Relatório e que dele ficam a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

Handwritten signature and the number 14.

4. Os contratos-promessa de arrendamento a celebrar com a sociedade a constituir respeitarão as minutas que igualmente se anexam ao presente relatório e que dele ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos III, IV, V e VI, sendo a renda mensal a pagar no primeiro mês de vigência do contrato, conforme plano de rendas junto à proposta no seguinte montante:---

- Cine-Teatro – 93.926,95 € (noventa três mil novecentos e vinte e seis euros e noventa e cinco cêntimos);-----

- Piscina Municipal – 28.264,78 € (vinte e oito mil duzentos e sessenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos);-----

- Mercado Municipal – 30.936,59 € (trinta mil novecentos e trinta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos);-----

- Estaleiros Municipais – 19.211,00 € (dezanove mil duzentos e onze euros).-----

5. Os prazos propostos para a execução de cada uma das obras são os seguintes:-----

- Cine-Teatro – 10 meses;-----

- Piscina Municipal – 8 meses;-----

- Mercado Municipal - 10 meses;-----

- Estaleiros Municipais - 7 meses;-----

A primeira obra a ser iniciada, conforme previsto no processo de concurso, será a da Requalificação do Cine-Teatro, que terá início no mês subsequente ao da celebração do respectivo contrato de constituição do direito de superfície.-----

Em tudo o mais não referido neste Relatório, será aplicável o previsto nos Termos de Referência do respectivo procedimento e na candidatura do concorrente a quem se propõe que seja feita a adjudicação do objecto do



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

15

concurso.-----

Decisão Final

Nos termos do ponto 12.4 do Programa de Procedimento, a decisão final deve ser tomada pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.-----

A Comissão de Análise das Candidaturas,

Isabel Adelaide Salgado
João Antunes
Uélio Manuel de Sousa
A. Marques de Sousa
Carlos Alberto Sousa



A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----

Seguidamente, pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

Reunião Extraordinária de 10 de Julho de 2009

Declaração dos Vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD

Ponto 1

A substância deste ponto é algo de fundamental importância para a cidade de Santo Tirso, e o PSD não foge às suas responsabilidades.

O PPD/PSD apoia esta decisão, até porque sempre defendemos estas opções, nomeadamente no programa eleitoral de 2005.

Mas não pode deixar de estranhar, mais uma vez, o seu lançamento tardio. Anos e anos de profundas indecisões, adiamentos, lançamentos de primeiras pedras. Enquanto isso, os concelhos vizinhos assistem na corrida pelo desenvolvimento a uma chegada tardia de Santo Tirso. Em Matosinhos e Vila do Conde inauguraram-se já dois espaços culturais, fechando cada vez mais as janelas de oportunidade ao nosso Cine Teatro. As obras agora pensadas surgem sem qualquer explicação estratégica, e sem qualquer enquadramento num plano mais vasto de dinamização da cidade, material e imaterial. Surgem num momento de aproveitamento político e partidário evidente, a exemplo de outras obras, que demoram anos a fio até ficarem concluídas.

Sendo uma decisão positiva, ela reflecte a falta de convicção, de rumo de uma cidade e de um concelho. Podíamos até chamar a atenção para a falta de sentido de oportunidade.

Mas seguramente reflecte um atraso de, pelo menos, 10 anos, nesta cidade, hoje marcada por fortíssima concorrência das cidades vizinhas e fuga de residentes em procura de melhores condições de vida, lazer e bem estar.

Votamos favoravelmente a proposta, mas deixamos aqui as questões que referimos.



Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente e convictamente a proposta sem qualquer subterfúgio.-----

Todos sabem o processo complexo que levou à decisão que hoje foi tomada.-----

Sempre ouvimos posições políticas do PSD contra esta iniciativa umas vezes de forma encapotada e outras não.-----

Sabemos como esta decisão incomoda quem passa a vida a dizer mal de Santo Tirso.-----

Está tomada a decisão final.-----

Na sequência, planificada, de construção de outros equipamentos culturais como o foram a Biblioteca Municipal, o Centro Cultural de Vila das Aves e mais recentemente o Centro Interpretativo do Monte Padrão, vamos agora construir o Cine-Teatro (totalmente requalificado), a Piscina Municipal (ampliada), o Mercado Municipal e os novos Estaleiros.-----

É isto que incomoda verdadeiramente quem prefere a política de terra-queimada, quem diz mal de tudo o que se faz em Santo Tirso.-----

É bom que recordemos que para esta “Parceria Público-Privada” a Câmara Municipal não teve qualquer apoio nem do Estado nem dos Fundos Comunitários. Por isso mesmo foi necessária uma solução de engenharia financeira que, dentro do cumprimento da Lei das Finanças Locais, desse resposta às questões que se colocavam.-----

Santo Tirso tem felizmente uma actuação planificada e enquadrada na sua actividade ao nível cultural, desportivo, económico e social por isso mesmo esta iniciativa vai ser um completo êxito na sequência de outras medidas recentes tomadas para o Concelho como o foram:-----

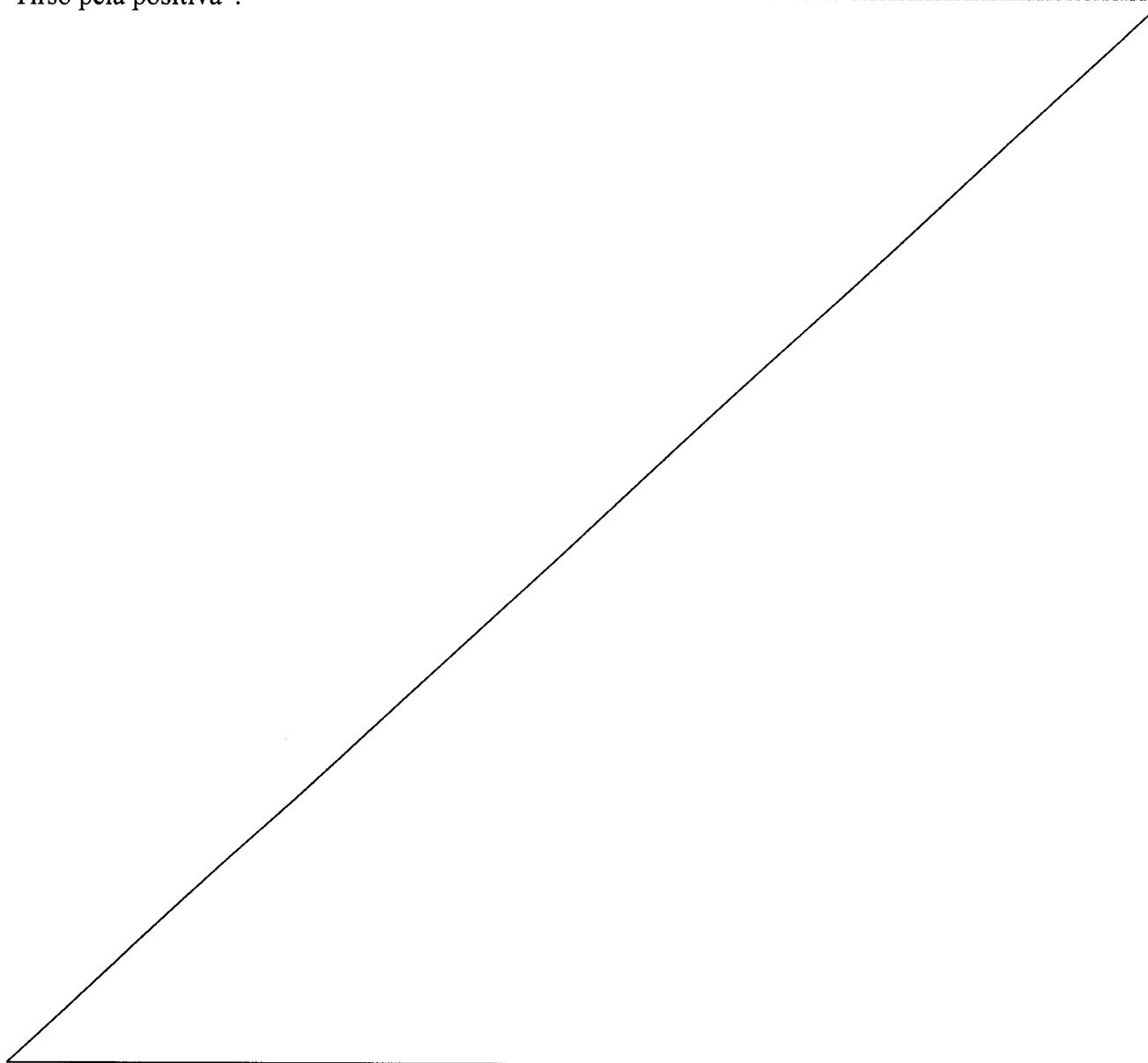
- A PRU – Parceria de Regeneração Urbana para as margens do Ave;-----
- O Programa de Acções Inovadoras do P.O.V.T. (Programa Operacional de Valorização do Território) para a cidade;-----

- O Projecto European 9 para as margens do Ribeiro do Matadouro e ampliação do Horto



Municipal.-----

Por tudo isto votamos favoravelmente como o fizemos em outras decisões de valorização do nosso concelho porque somos optimistas, porque acreditamos no futuro, porque somos por Santo Tirso pela positiva”.-----





Handwritten signature and number 2

2. PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE TERRENO À SOCIEDADE PT COMUNICAÇÕES, S.A, DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇO DE CALL CENTER: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente ofício de dezanove de Junho findo, da PT Imobiliária, registado com o número oito mil duzentos e sessenta e nove, a propor a compra do terreno necessário à construção de um edifício destinado a call center, no lugar do Tapado, da freguesia e concelho de Santo Tirso, pelo preço de 270.000,00 € (duzentos e setenta mil euros) a pagar na totalidade na data da respectiva escritura de compra e venda.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Na sequência do Protocolo de Acordo celebrado com a Portugal Telecom em dezoito de Agosto de dois mil e oito, ratificado pela câmara municipal em reunião de três de Setembro do mesmo ano, continuaram-se as negociações entre o município de Santo Tirso e a Portugal Telecom relativamente às condições do direito de superfície a constituir sobre o terreno em causa, conforme previsto naquele Protocolo;-----

No desenvolvimento dessas negociações, veio a Portugal Telecom propor a compra do terreno em substituição do direito de superfície inicialmente previsto, o que nos parece de aceitar;-----

Considerando que cabe nas atribuições do município apoiar o desenvolvimento local, fomentando iniciativas locais de emprego, o que se consegue através de incentivos aos promotores de iniciativas capazes de potenciar o desenvolvimento social e económico do concelho, como é o caso da finalidade que irá ser dada ao terreno, quer com a criação de postos de trabalho directos, quer pelos demais benefícios indirectos que a criação de emprego trará ao concelho de Santo Tirso;-----

Considerando que a lei, no que se refere às atribuições do município para "*apoiar iniciativas locais de emprego*" não impõe, em concreto, os termos da concessão do referido apoio, deixando aos legítimos representantes do poder local a capacidade de decisão sobre o seu sentido e



alcance, atenta a presença e tutela do interesse público municipal;-----

Considerando que apesar do preço proposto pela Portugal Telecom ser inferior ao valor real do terreno, os ganhos indirectos para o município com a criação de emprego são seguramente superiores ao ganho obtido com a arrecadação da receita proveniente da venda do património em causa;-----

Considerando que muitos municípios, em situação concorrencial, têm cedido gratuitamente terrenos, quer para instalação de serviços semelhantes ao presente, quer para outras actividades económicas;-----

Considerando assim, que da presente proposta resulta um justo equilíbrio entre todos os interesses em causa: os interesses públicos do município na criação de emprego e desenvolvimento local e da boa gestão do seu património do domínio privado e os legítimos interesses da Portugal Telecom em rentabilizar o investimento, do que também resulta num benefício para a economia do país e do concelho;-----

Proponho que a câmara municipal delibere solicitar autorização à assembleia municipal para o município vender à PT Comunicações S.A., a parcela de terreno a seguir descrita, pelo preço de 270.000,00 € (duzentos e setenta mil euros), a pagar na totalidade na data da respectiva escritura de compra e venda, nas seguintes condições:-----

1. O prazo para a celebração da escritura pública de compra e venda será de um mês a contar da data do registo na Conservatória do Registo Predial do destaque da parcela;-----

2. A PT Comunicações ficará obrigada a pagar ao município juros de mora à taxa legal em vigor, desde o termo daquele prazo até à data efectiva da escritura de compra e venda, caso não seja celebrada dentro daquele prazo por factos imputáveis à PT;-----

3. O terreno é vendido na condição de a Portugal Telecom não utilizar o terreno para outro fim ou deslocalizar o investimento, no todo ou em parte, sem prévia autorização do município, e até 10 anos contados da data da emissão da respectiva licença de utilização, sob pena da obrigação



Handwritten signature and mark in the top right corner.

de indemnizar o município pelo prejuízos sofridos, em particular a obrigação de pagamento da diferença entre o valor real do terreno alienado e o preço acordado, condição esta a constar quer da escritura de compra e venda, quer do registo de aquisição a favor da PT Comunicações S.A.-----

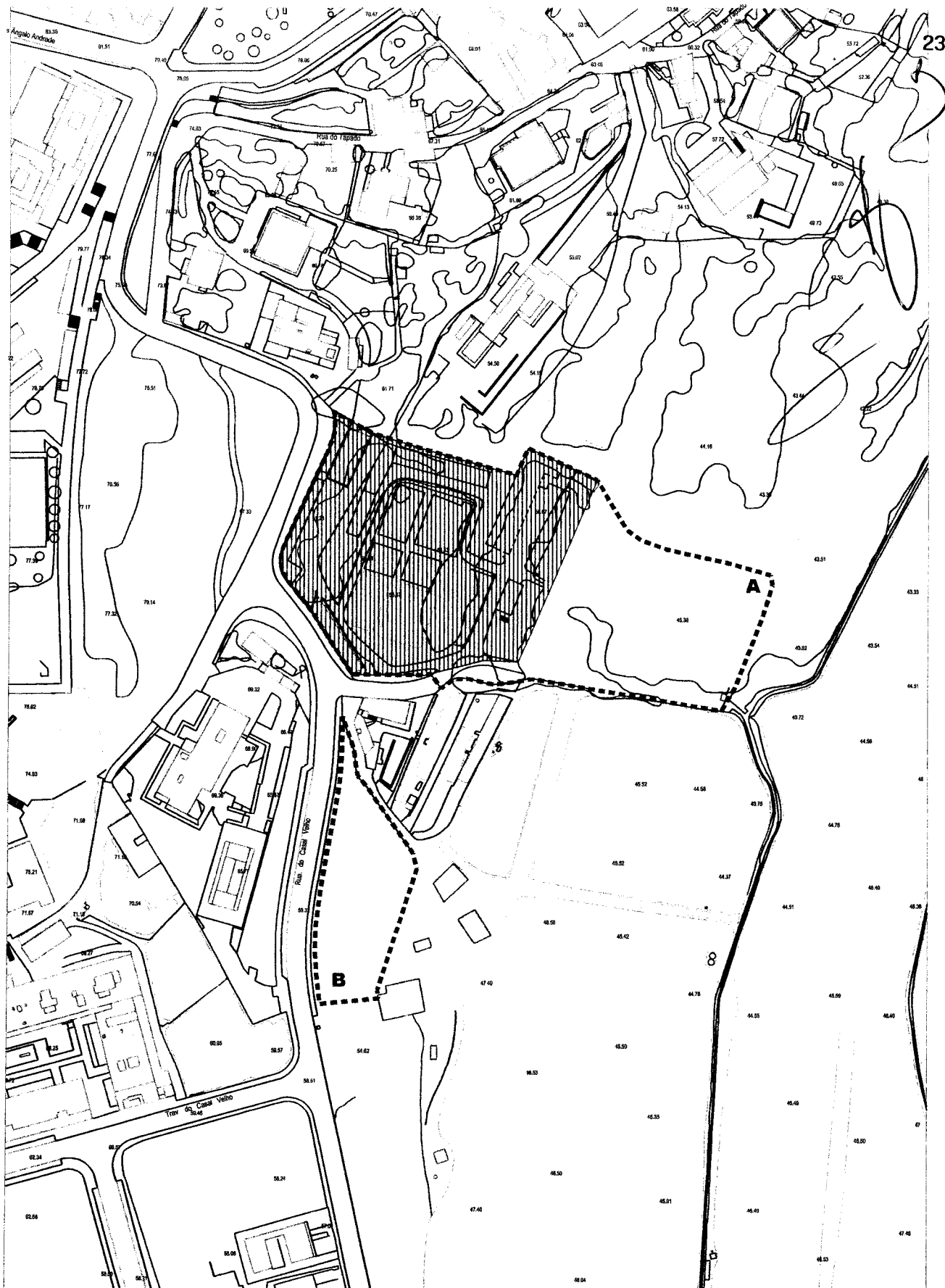
Parcela de terreno a alienar:

Parcela de terreno sita no Lugar de Tapado, freguesia e concelho de Santo Tirso, com a área de 7.344,50 m² (sete mil trezentos e quarenta e quatro vírgula cinquenta metros quadrados), delimitada a vermelho na planta anexa, destinada à construção de um edifício para instalação de um serviço de call center, a confrontar de Norte com António Almeida e Sousa, Sul com Caminho Público, Nascente com Município de Santo Tirso e do Poente com Rua do Tapado, omissa à matriz predial urbana mas cuja participação para inscrição foi efectuada em sete do corrente mês de Julho, à qual foi atribuído o artigo provisório P-5735, ainda não descrita na Conservatória do Registo Predial.

A presente proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do P.S.D. foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

Large diagonal line drawn across the bottom half of the page, likely indicating a signature or a placeholder for a signature.



A = 12 012 m² B = 2 147 m² A + B = 14 159 m²

 **Parcela a destacar Área = 7.344,5 m²**



Departamento de Planeamento e Habitação
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Destaque de Parcela de Terreno Municipal

Anexo à informação sob registo 8269/2009 de 2009/07/02

01

1/2000



“Votamos favoravelmente a proposta, levantando a questão seguinte:-----

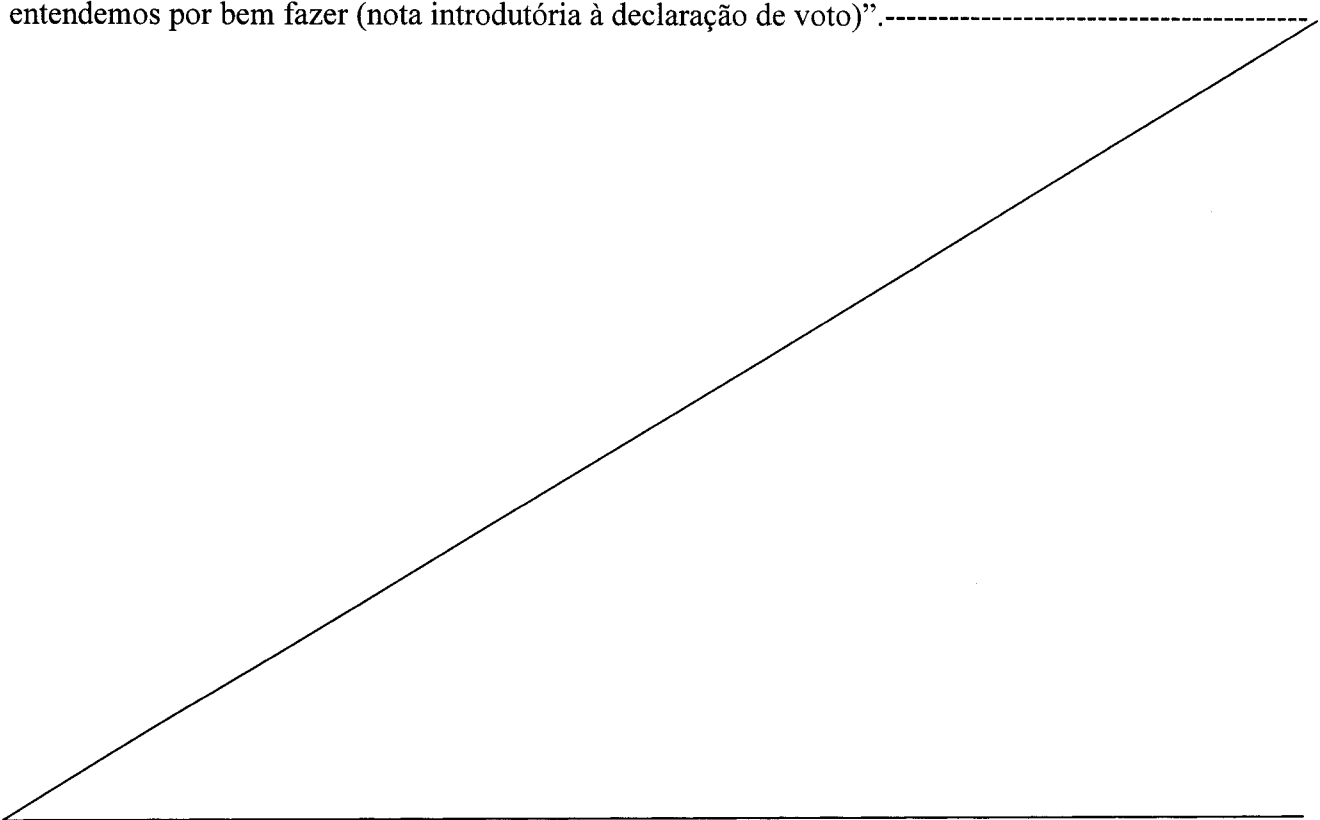
1. Qual a razão de aceitação pela compra e venda, sendo que o direito de superfície é mais vantajoso para Santo Tirso, na sequência do que foi seguido para as situações do item anterior desta ordem de trabalhos?-----

2. Haverá condições fiscais mais favoráveis para o investimento em causa? E se sim, que outras contrapartidas podem existir para o município?-----

3. Esta condição de aquisição do terreno foi colocada como determinante para o negócio?-----

4. O preço estabelecido, abaixo dos valores de mercado, não exigiria um maior prazo de garantia de permanência da PT, ou uma maior intensidade e concentração de apoios ao município.---

Deixamos em anexo as considerações levantadas quanto ao enquadramento jurídico que entendemos por bem fazer (nota introdutória à declaração de voto)”.-----



Reunião Extraordinária de 10 de Julho de 2009

Declaração dos Vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD

(*esta declaração é de acordo com o voto*)

Ponto 2

No que diz respeito ao segundo ponto da ordem de trabalhos, importa antes de mais tecer as considerações que se seguem.

Em 18 de Agosto de 2008 a Câmara Municipal de Santo Tirso representada pelo Senhor Presidente, Engº Castro Fernandes, assinou com a Portugal Telecom um protocolo com o desiderato desta instalar no concelho de Santo Tirso um "Call Center"

No que respeita à instalação do dito centro foi acordado a instalação no espaço físico por todos conhecido, consubstanciado, nas palavras do protocolo, num terreno do domínio ~~privado~~ do Município de Santo Tirso, com a área aproximada de 4790 m²

No quadro do protocolo celebrado, a Câmara de Santo Tirso, representada pelo seu Presidente, comprometeu-se ao seguinte:

- Constituir e ceder à Portugal Telecom o Direito de Superfície sobre a parcela de terreno em causa, para construção do centro, pelo prazo que fosse acordado entre as partes

- A construção do edifício deveria ter início no prazo de seis meses a contar da data celebração da escritura de constituição do direito de superfície e a sua conclusão no prazo de 9 meses a contar da mesma data

Importa questionar o seguinte:

- Considerando que a Portugal Telecom já está a edificar a construção, foi ou não celebrado o contrato de constituição e cedência do direito de superfície à PT?

- Em que data foi celebrado o contrato?

- A que título está a PT a proceder à edificação da construção, que já se encontra em estado adiantado, porquanto o início da construção só deveria suceder após a constituição do direito de superfície?

- Considerando que a conclusão da obra deveria suceder no prazo de 9 meses a contar da data da celebração do contrato de constituição do direito de superfície, qual é o prazo real e efectivo de conclusão da obra, sendo que o funcionamento do Call Center deveria ocorrer 3 meses depois da atribuição da licença de utilização?

DO PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS

Somos agora chamados a tomar posição a propósito de uma “proposta de venda do terreno à PT”, onde já se encontra parcialmente construído o edifício, sem qualquer tipo de informação e em total dissonância com aquilo que era o contexto do protocolo.

A propósito da referida proposta a convocatória é completamente omissa no que concerne a um conjunto de elementos mínimos e essenciais para se tomar uma qualquer decisão, sendo certo que, qualquer tomada de posição que se assuma neste executivo terá de ser sindicada pela Assembleia Municipal

Na sequência pergunta-se

- Qual a razão de se ter optado pela compra e venda, sendo que o direito de superfície é muito mais vantajoso para Santo Tirso, aliás na sequência do que foi idealizado para as situações do item anterior da ordem de trabalhos ?

- Qual é o preço final da compra e venda?

- Quais os critérios que presidiram à determinação do preço, quando noutras circunstâncias de investimento se aplicaram valores totalmente díspares destes?

- Quais são as condições contratuais e as contrapartidas para Santo Tirso?

Reiteramos que, mais uma vez, como tem sucedido em anteriores reuniões, somos confrontados com assuntos de extrema importância, com um curto espaço de tempo para decidir agravado pela total ausência de elementos que permitam tomar uma decisão ponderada e esclarecida tendo por mote os superiores interesses do concelho e dos tirsenses. No caso em apreço, a documentação que seguiu para os Vereadores do PPD / PSD não foi toda a mesma, faltando em duas situações carta da Pt Imobiliária.

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'H' or 'B', located in the top right corner of the page.



[Handwritten signature]

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos hoje favoravelmente esta proposta pois, de acordo com os considerandos, ela é uma resposta concreta para a criação de mais 1.200 postos de trabalho no Concelho de Santo Tirso.

Em Agosto de 2008 o Primeiro Ministro, Eng.º José Sócrates, e o Presidente da PT, Eng.º Zeinal Bava, afirmaram em cerimónia pública realizada neste mesmo Salão Nobre que o novo Centro de Atendimento da Portugal Telecom estaria concluído no Verão deste ano.-----

Recordamos como um ilustre euro-deputado do PSD, acompanhado de outros dirigentes distritais e concelhios, declarou publicamente que “não havia obra nenhuma e que era a Câmara que andava no local a trabalhar com alguns jardineiros...”-----

Lamentável com lamentáveis foram as declarações do líder distrital do PSD, à data, sobre o novo Centro de Atendimento da PT.-----

Vamos ter o novo Centro de Atendimento a funcionar em breve.-----

Vamos ver a funcionar em Santo Tirso o maior Centro de Atendimento da Portugal Telecom gerando emprego para 1.200 trabalhadores (licenciados, bacharéis, universitários e diplomados com o 12º ano).-----

Isto é o que importa para benefício de Santo Tirso e dos Tirsenses e por isso mesmo votamos favoravelmente esta proposta”.-----

[A diagonal line is drawn across the bottom half of the page.]



3. REGIME JURÍDICO DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL (DL 209/2008, DE 29/10): DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO PROCEDIMENTO DO REGISTO RELATIVO AO REGIME ESPECIAL PREVISTO NO ARTIGO 41º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL E TAXAS A COBRAR PELO SERVIÇO.-----

Presente informação da Divisão de Obras Particulares, de vinte e nove de Janeiro último, a comunicar que se mostra necessário designar o gestor do procedimento do registo dos estabelecimentos de actividade industrial do tipo 3, actividade produtiva local e actividade produtiva similar, cuja entidade coordenadora, nos termos do n.º 3 do artigo 9º do Decreto – Lei 209/2008, de 29 de Outubro, e anexo III ao mesmo diploma legal, é a câmara municipal.-----

Pelo Senhor Presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a Câmara Municipal deliberasse designar o Arquitecto José António Lopes, Director do Departamento de Planeamento e Habitação, gestor do processo de registo previsto no capitulo IV do referido diploma legal (artigos 40º a 42º), designação essa de âmbito genérico de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 11º do referido diploma, sendo substituído nas suas faltas ou impedimentos pela Engª Carla Mónica Barbosa Sousa Ferreira, Chefe da Divisão de Obras Particulares, em regime de substituição, delegando-lhe as competências de interlocutor do industrial em todos os contactos considerados necessários à boa instrução e apreciação do pedido de registo, nomeadamente as previstas nas alíneas a) a i) do n.º 1 do artigo 10º do referido Decreto-Lei.-----

Quanto à competência para a decisão final do pedido esta cabe ao Presidente da Câmara, nos termos da alínea b) do n.º 2 do mesmo artigo 10º, a quem caberá decidir se usa da faculdade de delegação aí prevista.-----

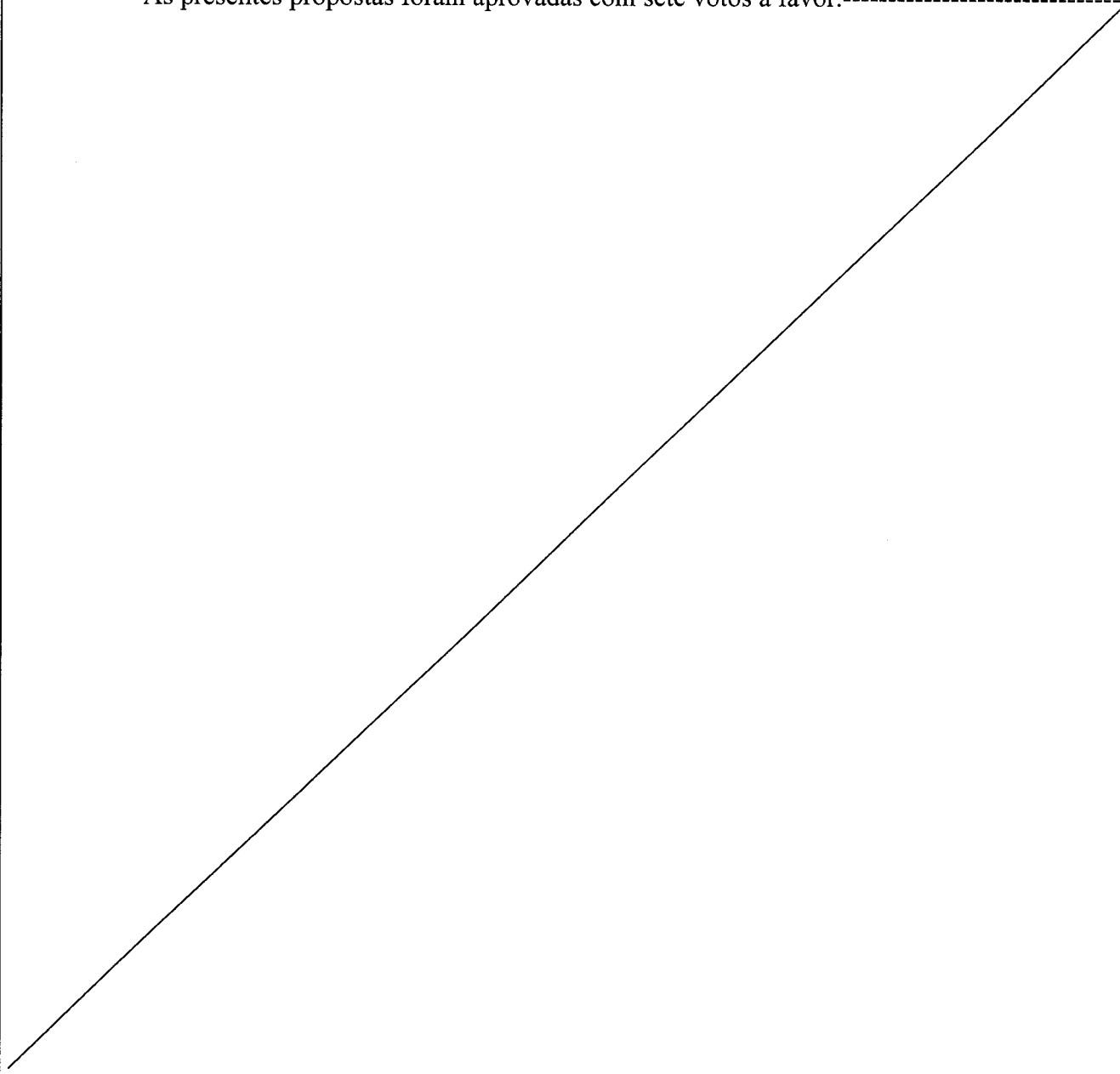
B) Relativamente às taxas devidas pelos serviços prestados, proponho que a câmara municipal delibere aplicar aos pedidos de registo a taxa prevista no artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Diversas da Câmara Municipal (que actualmente é de 17,44 €), até à entrada em vigor das alterações aos regulamentos da câmara, cuja revisão está em curso para



cumprimento do disposto na Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro.-----

Mais propôs que a presente deliberação fosse enviada à assembleia municipal para
aprovação da proposta B.-----

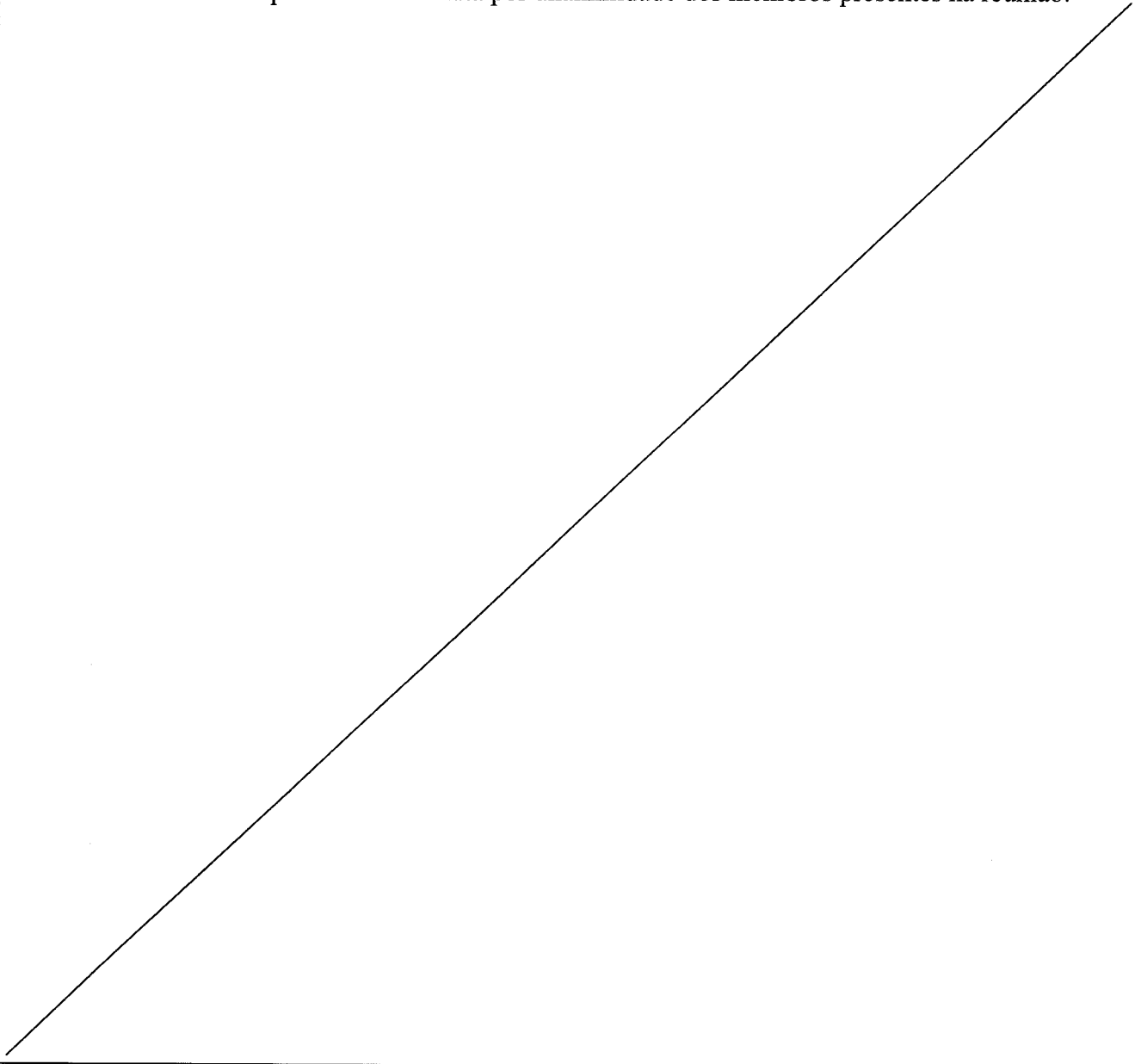
As presentes propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----





APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

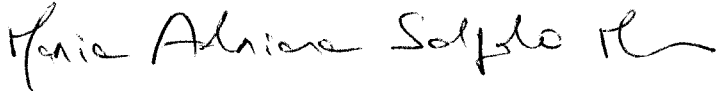
A acta foi aprovada em minuta por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



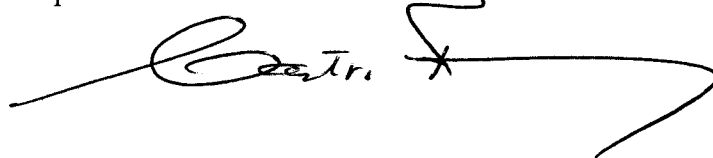


ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Doze horas e vinte minutos.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem trinta e duas folhas e seis documentos anexos, todos respeitantes ao item 1. da presente acta, o anexo I composto por dez folhas, o Anexo II composto por vinte e oito folhas, e os Anexos III a VI composto por treze folhas cada um, apenas utilizadas no anverso, que eu 

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 29/07/2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Seis da respectiva minuta).-----

A Secretária,

